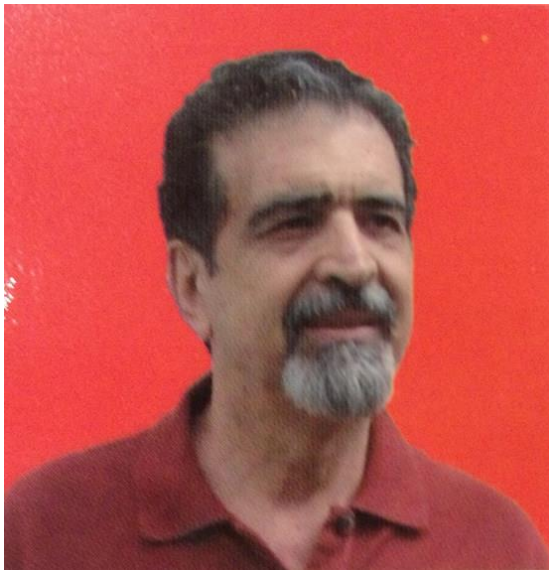


PARA UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DA AMÉRICA LATINA For an Intellectual History of Latin America

Antonio Mitre*



O historiador boliviano Antonio Mitre é Doutor em História pela Columbia University (1977). De 1978 a 2013, foi professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2013 exerceu a Coordenação do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA). Sua produção acadêmica tem se dado nas áreas de História Social e Econômica da Bolívia, com vários livros publicados sobre a trajetória da indústria da mineração desse país nos séculos XIX e XX, entre outros: *Los patriarcas de la plata: estructura socioeconómica de la minería boliviana en el siglo XIX*, (Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1981); *Bajo un cielo de estaño: fulgor y ocaso del metal en Bolivia*, (La Paz: Asociación de Mineros Medianos & ILDIS, 1993); *El monedero de los Andes: región económica y moneda boliviana en el siglo XIX*, (Instituto Mora, 2004); *Los Hilos de la*

Memoria. Ascensión y crisis de las casas comerciales alemanas en Bolivia (La Paz: Anthropos, 1996); além de um ensaio que analisa o regime atual à luz do processo de modernização que experimentou a Bolívia nos últimos cinquenta anos, especialmente nas cidades de El Alto e Santa Cruz de la Sierra: *Nosotros que nos queremos tanto. Estado, modernización y separatismo: una interpretación del proceso boliviano*, (Editorial El País, 2008, LOM, Santiago de Chile, 2010). O professor Mitre tem incursionado também no campo do Pensamento Social e Político Latino-americano, e alguns de seus trabalhos foram reunidos no livro *El dilema del Centauro: ensayos de teoría de la historia y pensamiento latinoamericano*, (LOM, Santiago de Chile, 2002, UFMG, 2003). Fui aluna de Mitre e, desde então, tenho uma grande admiração por seu trabalho, tanto como historiador quanto como professor. A entrevista que segue, concedida à distância durante sua mudança para São Paulo, assumiu necessariamente a forma, não de um diálogo, mas de um relato, no qual, a partir de perguntas abertas, o Professor foi rememorando livremente sua trajetória intelectual contra o pano de fundo das mudanças ocorridas no plano da política e das instituições que fizeram parte de sua biografia. O longo intercâmbio epistolar que deu origem a esta publicação foi motivado pelo entendimento de que a trajetória intelectual do Professor Mitre suscita importantes reflexões sobre os caminhos da construção do conhecimento acadêmico, e suas relações com o mundo mais amplo da política, sobretudo no contexto da América Latina.

* Agradeço imensamente ao Professor Mitre por esta entrevista, realizada nos meses de março e abril de 2016. Apresentação, edição e revisão final de Priscila Dorella, Professora de História das Américas da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

PRISCILA DORELLA: *A sua trajetória acadêmica na área de História foi constituída a partir de experiências em países tão diferentes como Bolívia, Estados Unidos e Brasil. Como isto aconteceu? Como avalia os avanços e os dilemas do seu processo de formação intelectual?*

ANTONIO MITRE: A palavra “entrevista” sugere a ideia de entrever, através das fendas abertas por uma sequência de perguntas, o desenrolar de um pensamento ou de uma vida que, se presume, concitam algum interesse. Portanto, acho que falar sobre minha trajetória intelectual, seguindo o roteiro de suas indagações, só tem sentido na medida em que ela possa exprimir traços de uma experiência comum, reconhecível, em algum grau, por outros que atravessaram o mesmo arco temporal, embora o relato deva ser irremediavelmente autobiográfico. Admitida a índole seletiva da memória, começarei me situando em Cochabamba (Bolívia) no ano de 1964, quando ingressei no Curso de História na Normal Nacional Católica, instituição dedicada à formação de professores para o ensino elementar e médio. A escolha da área de estudo não foi com certeza o cumprimento de uma “vocação”, palavra forte que sugere a ideia de uma inclinação inata, um chamado, quase um sacerdócio. No meu caso, a motivação teve uma origem bem mais banal, e o que seguramente acabou pesando, no reduzido quadro de opções profissionais da época, foi, por um lado, obra dos docentes que, no colégio, me fizeram temer as matemáticas e aborrecer as ciências naturais e, por outro, as aulas do professor de história cujo talento histriônico nada tinha a invejar aos melhores atores do cinema. Esse dom, alicerçado numa rica imaginação poética, fazia de suas aulas um lugar de encantamento, onde grandes personagens, dilúvios e revoluções ressuscitavam diante de nossos olhos, sem qualquer esforço de crítica historiográfica. Pensando bem, o que então me atraía não era tanto o conhecimento do passado, mas a ideia de ensinar, coisa que já tinha feito esporadicamente nos últimos anos do colégio, como voluntário em escolas públicas noturnas e, em alguns domingos, no campo, sob a sombra das árvores. Essa dedicação precoce ao ensino, presente em vários adolescentes de minha geração, pode ter sido fruto da consciência moral ou, quem sabe, do sentimento de culpa forjado por uma educação católica que já tinha incorporado a questão social no raio de suas preocupações, e que, mais tarde, aproximaria alguns segmentos da igreja ao discurso da esquerda política. Seja como for, a opção pela carreira de professor de escola, com “salários de fome” (até hoje), ia na contramão das expectativas de meus pais, imigrantes palestinos, que esperavam que os filhos fossem médicos, engenheiros ou, no mínimo advogados, materializando, assim, o sonho do título universitário que se esfumara de seu horizonte quando, ainda crianças, ingressaram ao mundo do trabalho. Como era previsível, meus pais receberam

a notícia de que o caçula seria professor de escola e, de quebra, lecionaria história, com o mesmo espanto e sensação de perda de quem, na época, tomava conhecimento que um membro da família se tornara seminarista ou guerrilheiro –duas trilhas que, de tanto se entrecruzar, terminaram por convergir na travessia de muitos jovens de classe média nos anos sessenta, quando a expressão “ciências sociais” insinuava, para alguns, a ideia de uma ocupação sem fins lucrativos, algo assim como uma forma elegante de perder o tempo e, para outros, um modo de canalizar o sentimento de rebeldia e o desejo de transformar o mundo ou, ao menos, de aparar suas arestas mais perversas. No Departamento de História da Normal Nacional Católica, o ensino era bastante precário, tanto pela falta de recursos bibliográficos e de pesquisa, como pela abordagem marcadamente ideográfica e memorialista que campeava entre os professores da área. As disciplinas do programa contemplavam basicamente dois campos: Civilização Europeia nos períodos antigo, medieval, moderno e contemporâneo, e a História da Bolívia desde os tempos pré-colombianos até a atualidade. Em ambos os casos, a pesquisa limitava-se ao levantamento de fontes secundárias, e à elaboração de pequenos comentários de livros. De tudo isso restou, ao menos, um conhecimento razoável da configuração geral das épocas e de seus principais acontecimentos, além de um aguçado senso de orientação para situá-los e relacioná-los na linha do tempo, um fundamento de grande utilidade no trabalho historiográfico. Questões de método e debates clássicos a respeito de problemas epistemológicos que concernem às ciências sociais raramente eram considerados. Assim, uma parte substantiva de nossa formação ficava por conta das leituras dispersas que cada qual conseguia fazer, guiado por alguma resenha de revista ou, mais comumente, pelo faro do livreiro, personagem importante na vida intelectual daquela época. Outro aspecto que então enriqueceu minha formação extracurricular foi o convívio intenso com estudantes de outros departamentos (Filosofia, Matemática, Psicologia e Letras), que acabou gerando um grupo unido pela vontade de aprender e compartilhar os (pobres) saberes de cada um. Entre as primeiras leituras estimuladas por esse escambo de ideias, lembro as lições de *¿Qué es Filosofía?*, de José Ortega y Gasset, livro em que comeci a vislumbrar o conhecimento como aventura infundável e prazerosa, e a tomar consciência de que, mesmo na explicação de temas árduos ou de questões hipertécnicas, é possível ser simples, sem menoscabo do rigor científico. Além de propiciar encontros informais para comentar e debater textos, essa roda de amigos acabou se constituindo também em um grupo de teatro, sob a inspiração e direção de Walter Redmond (na época, padre Kiran), professor de filosofia que teve um grande impacto intelectual, político e emocional em nossas vidas. A escolha de duas peças montadas em 1965 e 1966, *Os Justos*, de Albert Camus, e *J.B.*, de Archibald MacLeish, respectivamente, cujos

argumentos discorriam sobre os aspectos morais da violência humana e divina, expressava bem o cariz de nossas aflições, assim como o espírito de rebeldia daquela época. A modo de corolário, cabe registrar que, com a segunda peça, ganhamos o prêmio à melhor obra no concurso nacional de teatro. Em 1967, ano em que conclui o curso de História, a tensão política no meu país havia subido de tom, assim como a tutela do governo por parte das Forças Armadas, em razão da descoberta de um foco guerrilheiro na região oriental e, na sequência, a captura e execução do Che Guevara em La Higuera. O futuro era sombrio, e o passado imediato o fardo da travessia. Enquanto realizava os trâmites na “Federação Departamental de Professores” para obter um cargo em alguma escola de província, requisito obrigatório no início da carreira de magistério, recebi da direção da Normal Católica a notícia de que meu nome, junto com os de outros três companheiros do grupo, tinha sido proposto para que nos candidatássemos a uma bolsa do Latin American Scholarship Program of American Universities (LASPAU) –agência criada em parceria com universidades estadunidenses. A finalidade declarada do Programa, apoiado e financiado por agências do governo norte-americano e por instituições públicas e privadas da região, era contribuir para o desenvolvimento de pessoal acadêmico, através da alocação de bolsas a estudantes latino-americanos para cursar a pós-graduação nos Estados Unidos. No clima de Guerra Fria, recrudescido pelo desenrolar da Revolução Cubana, e na estela da “Aliança para o Progresso”, do “Peace Corps” e de outras iniciativas lançadas pela administração Kennedy, a proposta do LASPAU dificilmente deixaria de levantar suspeitas, por parte de setores da intelectualidade de esquerda, de que se tratava de mais uma sutileza do imperialismo ianque. O fato é que o programa, sediado no campus da Universidade de Harvard, continua em atividade até hoje e ao longo do tempo seguramente teve algum impacto, mesmo que indireto, no processo de “americanização” dos sistemas de pós-graduação na América Latina.

Em todo caso, os quatro alunos da “Normal” passamos as provas de rigor e, depois de termos feito juntos um curso intensivo de inglês na Universidade do Texas em Austin, cada qual se deslocou para a instituição que lhe fora indicada. A despedida, que achamos seria mais um até breve, se tornou a derradeira para o grupo. Na véspera da minha viagem para o Boston College, fui informado de que meu histórico escolar, comparativamente à estrutura curricular da graduação norte-americana, de inspiração bem mais humanista, era deficitário nas áreas de Ciências Naturais, Literatura Inglesa e Filosofia, e que, portanto, antes de ingressar ao programa do mestrado, teria que fazer um bom número de créditos adicionais. Não obstante a mágoa inicial, os dois anos que passei em Boston resultaram ser dos mais ricos de minha formação acadêmica e pessoal. Instalei-me no campus em setembro de

1968, quando os protestos contra o envolvimento crescente dos Estados Unidos na guerra do Vietnam e as revoltas contra a desigualdade racial, o sexismo e toda forma de autoritarismo estavam na ordem do dia, sobretudo entre os jovens. As mobilizações nas universidades eram intensas, e traduziam-se em passeatas, ocupações e greves que, por momentos, me davam a impressão de ter voltado para a Bolívia. Já no primeiro dia, presenciei e acabei envolvido num episódio que evidenciava a polarização existente nos campi diante do quadro de mudanças que experimentava a sociedade como um todo. Por volta das oito horas da noite, membros da organização estudantil de esquerda “Students for a Democratic Society” (SDS) passaram pelo dormitório convocando para as reuniões que aconteceriam nos distintos andares do prédio. Em poucos minutos, o corredor a que dava meu quarto ficou lotado de estudantes. Sentados no piso, e alguns de pijama, escutamos todos as expressões de boas-vindas, e logo o discurso de abertura proferido por um militante contra a guerra e o imperialismo norte-americano. Na sequência, uma garota de boina verde e estrela de cinco pontas prestou uma eloquente homenagem às mulheres cubanas que, segundo dizia, tinham defenestrado o contumaz machismo latino. Até aí as falas fluíram sem maior atrito, mas quando o terceiro orador se dispunha a começar sua arenga no mesmo diapasão revolucionário, a turma mais recalcitrante, que até então permanecera em silêncio, reagiu com uma rajada de xingamentos raivosos contra os “vermelhos”, os “barbudos”, as “feministas” e os “afeminados”. Iniciou-se, então, um bate-boca entre os dois bandos que foi crescendo em intensidade e desaforo, enquanto a maioria se divertia, ora apoiando um grupo, ora o contrário e, quase sempre, mofando-se de ambos. A reunião já tinha virado um pandemônio no momento em que uma voz se elevou do mais recôndito do corredor à altura do teto, e de lá atirou um dardo inusitado que rasgou meus ouvidos como as gotas de azeite fervendo que minha avó costumava pingar para derreter a cera endurecida no fundo: “Praise the Bolivians that killed the bastard” (referência ao Che Guevara). Ainda não tinha me recuperado da surpresa de escutar o nome de meu país nesse lugar improvável, quando meu companheiro de quarto achou que era o momento oportuno para me jogar às feras: “Hey, hey, there is a Bolivian here, let him talk”. Chamava-se Charlie Bloom, e levei um tempo para pronunciar seu nome sem embaralhá-lo com o de Charlie Brown, personagem desenhado pelo cartunista Charles Schulz com os mesmos traços de inocência e sabedoria do meu amigo. O silêncio instalado pela notícia de que havia um boliviano de carne e osso entre os assistentes foi recorrendo as sombras do corredor até me deixar estampado na parede feito uma figura de tiro ao alvo. Apavorado, demorei a balbuciar algumas frases sobre a situação social e política de meu país, que pareceram agradar aos ativistas do SDS, e revoltar, ainda mais, o grupo contrário, o qual continuou

exalando impropérios, não obstante o carácter anódino de minha fala. A causa de tudo aquilo só podia ser minha barba, já que o mesmo rapaz que tinha aludido à execução do Che, apareceu de pronto na minha frente, e, após me perscrutar dos pés à cabeça, bradou com afetado assombro: “Holly shit! You can’t be a Bolivian! You don’t look like a full-blooded Indian at all!” Então não duvidei mais que tinha voltado à Bolívia, onde minha identidade nacional também costumava ser impugnada em situações de conflito, quando, vez por outra, era chamado equivocadamente de “turco”, isto é, filho de árabe que, mesmo tendo nascido no país andino, não seria um boliviano autêntico, ou seja: “índio”, “criollo” ou “cholo”. A mesma mania aflorava agora no comentário de um indivíduo da sociedade ultramoderna, revoltado porque minha figura não encaixava no seu estereótipo. Sem embargo, contratemplos dessa natureza não ofuscaram em nada a rica experiência acadêmica e existencial que foi estudar e morar no Boston College. Para começar, a excelência dos professores que lecionavam história europeia, com destaque para a área de economia e pensamento renascentista. Com eles consegui vislumbrar, para além da crítica das fontes, o subsolo do relato historiográfico, isto é, os pressupostos teleológicos e epistemológicos em que se apoiam as interpretações do passado. As aulas de filosofia antiga, medieval e moderna me forneceram uma base adequada na matéria, graças à qual pude, mais tarde, redirecionar minha atividade didática para a filosofia política, lecionando várias disciplinas dessa área no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Do mesmo modo, as matérias de astronomia e geologia, que no início eu reputava serem apenas estorvos curriculares, passaram-me não só conteúdos de interesse intrínseco, mas também algo do método que essas ciências utilizam para alcançar e formular suas descobertas. Esse aprendizado me levaria posteriormente a desconfiar das perspectivas que estabelecem separações rígidas entre as ciências físicas ou naturais e as ciências sociais. Mas a contribuição mais importante da travessia bostoniana foi consequência do objetivo maior que parece guiar o sistema pedagógico dos bons centros de ensino superior, qual seja, o de estimular o estudante a pensar por conta própria, a formar seu próprio juízo sobre questões e argumentos com os quais se depara, em síntese: a ter autonomia. O alcance dessa meta pressupõe ter consolidado, antes, o conhecimento dos conteúdos empíricos e conceituais expostos nas disciplinas introdutórias, o que, por sua vez, exige dos professores que as lecionam, além de domínio da matéria, humildade suficiente para começar pelo básico –muito diferente do que se observa na graduação brasileira onde, com excessiva frequência, disciplinas introdutórias servem de palco para a exibição de conhecimentos teóricos sofisticados por parte de alguns docentes que, além do mais, demandam dos alunos leituras e trabalhos sobre temas complexos, sem reparar que a maioria deles mal consegue redigir corretamente

um texto, e muito menos entender a natureza dos problemas tratados. Aliás a natureza dos problemas fica escondida no envoltório de referências bibliográficas intermináveis que só ajudam a sentar o princípio de autoridade. Foi precisamente numa disciplina introdutória à língua inglesa, obrigatória para estudantes nacionais e estrangeiros, onde aprendi, não só algo de literatura anglo-saxã, mas, sobretudo, a fazer a leitura crítica de textos, e a procurar um estilo próprio na escrita. A professora Doherty, que lecionava a matéria, ciente de minha “queda” pela poesia, me estimulou a escrever alguns poemas diretamente em inglês – e dois deles foram publicados em 1969 na “Stylus”, revista quadrimestral da universidade.

Em julho desse ano, a nave Apolo 11 pousou no Mar da Tranquilidade. Assisti o prodígio na televisão, em casa de uma senhora idosa onde se hospedava um colega panamenho. Eram cerca de onze horas da noite quando os três vimos Neil Armstrong descendo a curta escada do módulo estelar até assentar o pé esquerdo na superfície da lua, enquanto recitava a histórica frase “That’s one small step for (a) man, a huge step for humaniy”. A atmosfera solene que foi envolvendo a sala a cada palavra pronunciada pelo cosmonauta se desfez de pronto quando a velhinha da casa se levantou sem qualquer cerimônia e disse: “I leave you guys, I am so tired. I better go to bed”, e foi sumindo a passos ligeiros na poeira lunar de seus pensamentos. Menciono esse episódio por sua força premonitória. De fato, o feitiço daquela proeza espacial, que nós, jovens, acreditávamos mudaria de algum modo a humanidade, foi-se dissipando com o verão, e a cansaça terrestre voltou a tomar conta de nossas vidas, já no dia seguinte, aqui no planeta, onde a política prevalecia com sua inalterável dose de espertezas e violência. Meu último semestre em Boston College ficou marcado pelas discussões acaloradas entre dois companheiros chilenos que, sem perder a compostura nem a amizade, se digladiavam todos os dias à hora do almoço, formulando prognósticos do que poderia acontecer após as eleições de setembro de 1970 em que Salvador Allende disputaria, pela quarta vez, o cargo de presidente. Nicolini, filho de imigrantes italianos, era socialista de coração e divisava um futuro promissor com Allende, ao passo que Felipe, descendente de família palestina abastada, era conservador por tradição de classe, e desejava com veemência que o candidato do Partido Nacional ou, no pior dos casos, o da Democracia Cristã, ganhasse o pleito. Embora os sinais de uma conflagração em grande escala estivessem presentes a cada refeição, seja no elevado grau de politização dos contendores, seja na frequência das trombadas verbais e no caráter inarredável das posições que cada qual sustentava, ninguém podia suspeitar o corolário trágico que teria essa fase da história chilena. O fato é que, quando Allende assumiu o poder,

exatamente na semana em que os bosques de New England ostentavam o prodígio das cores incandescentes com que, a cada outono, saturam de maravilha os olhos e marcam a memória a ferro e fogo, fazia pouco mais de um mês que eu tinha ingressado ao programa de pós-graduação em História Latino-Americana da Universidade do Texas em Austin.

PRISCILA DORELLA: *E como se deu essa passagem, não só para o curso de pós-graduação na Universidade de Austin, mas para a área de concentração em História da América Latina? Poderia fazer um relato de sua experiência nessa universidade, tanto sob um ponto de vista pessoal como acadêmico?*

ANTONIO MITRE: Ao tentar responder sua indagação inicial sobre a escolha da América Latina como área de concentração, eu mesmo me pergunto por que não cogitei na época outras possibilidades –história europeia, por exemplo, que tinha estudado bem mais do que qualquer outra até então. Ou, aproveitando a circunstância de estar nos Estados Unidos, por que não me atrevi a mergulhar no conhecimento de sua trajetória institucional, política e socioeconômica de tanto impacto global. Seguramente foram vários os motivos que conspiraram contra essas opções. Por um lado, o crescente interesse que, desde a Revolução Cubana, concitava a América Latina em vários círculos intelectuais e políticos dos Estados Unidos e, claro, nas suas universidades, algumas das quais expandiram seus programas na área, e outras os estabeleceram por essa época. Todos precisavam de clientela, e as chances de ser aceito nessa área de concentração dos Departamentos de História eram provavelmente maiores. A essa circunstância somava-se a expectativa de que o estudante de ciências sociais “naturalmente” procurasse na trajetória de seu próprio país o referencial empírico para a elaboração dos trabalhos de fim de curso, independentemente do tema a ser tratado. Assim, as dissertações ou teses dos brasileiros tendiam a ser quase invariavelmente sobre o Brasil, e as dos bolivianos sobre a Bolívia – com todas as vantagens e desvantagens que essa orientação implica. Seja como for, a “descoberta intelectual” da América Latina aconteceu para mim na Universidade do Texas, e não na Bolívia onde, fora algumas referências às repúblicas vizinhas, quase sempre sobre acontecimentos bélicos e revoluções fragorosas, nada se ensinava das outras histórias nacionais, nem da trajetória estrutural da região. A vivência latino-americana que então se tinha era fruto da literatura, do cinema e das revistas que chegavam ao país –principalmente do México e da Argentina –, assim como da música que se ouvia no rádio ou nas películas. Na Universidade do Texas, ao contrário, a oferta de disciplinas sobre América Latina nos cursos de História, Antropologia, Política, Letras e Economia era considerável, tanto

assim que até pude dar-me o luxo de fazer uma disciplina introdutória à gramática e fonética da língua quéchua que eu tinha escutado ao longo de minha vida em Cochabamba, sem nunca ter aprendido a falá-la. Mas as incursões mais constantes se deram naturalmente no campo da História, particularmente da História Mexicana, a principal área de concentração do Departamento, em virtude da existência de coleções importantíssimas de documentos desse país que a Universidade recebeu como doação, ou foi comprando e organizando ao longo do tempo. Tais repositórios eram o motivo da incessante peregrinação de historiadores mexicanos ou mexicanistas, muitos de primeira linha, que, além de fazer pesquisa, dedicavam parte de seu tempo a lecionar e debater temas de sua especialidade. Assim, tive o privilégio de assistir à série de conferências sobre o sistema político mexicano proferidas por um dos maiores intelectuais mexicanos, Daniel Cosío Villegas, que então acabava de publicar o primeiro volume de *El Porfiriato. La vida política interior*, e, na esteira do massacre de Tlatelolco (1968), já tinha assumido uma posição francamente crítica ao regime de seu país. Outro professor visitante, cujas aulas me impressionaram pela capacidade de alicerçar a análise histórica numa sólida base sociológica, foi o sueco Magnus Möerner, autor de obra clássica sobre um tema cativante que voltou com força nos dias de hoje: a questão racial e a mestiçagem na trajetória dos países latino-americanos (*Race mixture in the history of Latin America*). Do lado texano, a arquiteta da conexão intelectual Austin-México era a diretora da Biblioteca Latino-americana, Nettie Lee Benson, ela mesma estudiosa da história e da historiografia mexicanas, e autora de um estudo de ampla ressonância: *La diputación provincial y el federalismo en México*. A doutora Benson inspirava entre os estudantes da pós uma espécie de temor bíblico, talvez porque tinha reputação de ser pessoa irritadiça e inacessível, mas eu posso afirmar, com algum grau de conhecimento, que essa era uma fama injusta, quase uma infâmia. Desde meu primeiro semestre em Austin, fui seu assistente de pesquisa, cursei uma de suas disciplinas e, mais tarde, ela orientou minha dissertação de mestrado. Desse convívio prolongado, guardo a lembrança de uma intelectual de extraordinária erudição, apaixonada pelo seu trabalho, comprometida com as questões sociais de seu tempo, de trato jovial e espírito generoso em sumo grau. Devo a ela a sugestão de pesquisar a “Colección Nicolás Acosta” –um acervo de documentos bolivianos do século XIX– que a Universidade acabara de adquirir. Dali saiu o tema de minha dissertação, a qual foi, de fato, o primeiro trabalho original que realizei sobre a história da Bolívia (*Esquemas de Colonización y Proyectos de Navegación durante la Administración de José Ballivián, 1841-1847*). A professora Benson faleceu em 1993, deixando saudades em todos os que a conhecemos; seu nome ficou inscrito na biblioteca que ela ajudou a crescer e cuidou com paixão e inteligência: “The Nettie Lee Benson Latin American Collection”, um

dos maiores e melhores repositórios de livros e manuscritos sobre a América Latina, com destaque para o México. Sem embargo, nem todos os meus professores encontravam-se na redoma de “ícones sagrados”, havia também uma turma jovem que começava a despontar com publicações de grande impacto. Um deles era o brasilianista Richard Graham (*Landonners and the Overthrow of the Empire*, 1971). Mas lembro-me particularmente de James Lockhart, cujo estudo, publicado pouco antes, sobre o Peru nos primórdios da colônia (*Spanish Peru, 1532-1560*) –uma análise da origem social dos conquistadores e das primeiras gerações de colonizadores– já era, então, leitura obrigatória. No semestre que cursei sua disciplina, ele sugeriu que, como trabalho final, lesse e colocasse num ensaio livre minhas impressões sobre o manuscrito, de mais de mil páginas, intitulado *El Primer Nueva Corónica i Buen Gobierno*, cuja versão fac-símile a Universidade havia adquirido recentemente do Instituto Etnográfico de Paris. O autor, Felipe Guaman Poma de Ayala, buscava através desse monumental trabalho chamar a atenção do poder real espanhol para a violência desencadeada por conquistadores e colonizadores nesse “mundo de ponta-cabeça” que fora levantado sobre os antigos domínios do império incaico. Redigida por um índio em franco processo de aculturação, recheada de “quechuismos” e fartamente ilustrada com desenhos de admirável composição, a obra revela, *in nuce*, a sociedade colonial que foi se configurando ao longo da segunda metade do século XVI em razão dos conflitos e coincidências entre as instituições e tecnologias introduzidas pelos espanhóis e os valores da *weltanschauung* indígena. A leitura da versão fotostática do manuscrito foi, para mim, uma experiência inesquecível e, no trabalho de curso, arrisquei mostrar, com mais imaginação que método, as características da escrita num autor cuja cultura de origem era ágrafa, e explicar os motivos pelos quais ele tentava esgotar, dentro dos limites de uma lauda, tudo o que tinha a dizer a respeito do tema tratado ali, utilizando, quando necessário, estratégias inusitadas como diminuir o tamanho da letra até o limite da visão, ou escrever em espiral e pelas bordas para ocupar todos os espaços da página.

Na Universidade do Texas, cosmopolita por excelência, a presença de estudantes hispânicos era considerável. No último ano do programa de mestrado, ocorreu-me a ideia de organizar e dirigir um grupo de teatro com a tribo multinacional (panamenhos, argentinos, salvadorenhos, mexicanos e venezuelanos), e multidisciplinar (belas artes, sociologia, história, filosofia, administração, letras e matemáticas) que convergia todos os dias no bandeirão à hora do almoço. A proposta era congregar as pessoas para conversar e fazer algo juntos, coisa que o teatro consegue propiciar melhor que outras atividades sociais. Ninguém daquele grupo tinha posto, antes os pés no palco, seja como atriz, ator, figurinista, técnico de som, ponto ou contrarregra. Encenamos duas peças: *Saverio el cruel*, do argentino

Roberto Arlt, e *La pasión según Antígona Pérez*, do porto-riquenho Luís Rafael Sánchez –ambas sobre o tema político da época: a ditadura militar, e suas sequelas de violência e tortura. Não obstante o amorismo da empreitada, a experiência de fazer teatro nos enriqueceu a todos e, de quebra, a mim ensinou, melhor do que qualquer manual de didática, a arte de comunicar. Algum tempo depois, aprenderia também que a bela aula, fugaz como a representação teatral, uma vez dada, se desvanece. Em maio de 1972 terminei o mestrado. Estava implícito no programa LASPAU que o candidato, concluída essa etapa, voltaria a seu país de origem para trabalhar no ensino, coisa que eu fiz, mas não sem antes solicitar, *just in case*, ingresso a um par de programas de doutorado nos Estados Unidos.

PRISCILA DORELLA: *Mas, então, você já cogitava continuar os estudos na direção do doutorado. Por que você não ficou na Bolívia e acabou voltando para os Estados Unidos? Gostaria que você falasse sobre sua formação nessa fase e, particularmente, sobre o redirecionamento de suas pesquisas para a área de história econômica, explicitando os caminhos que o levaram a definir o tema de sua tese.*

ANTONIO MITRE: Na verdade, eu voltei para Bolívia sem uma determinação clara, seja no sentido de ficar por lá ou de voltar para os Estados Unidos. Durante três meses lecionei na Normal Nacional Católica em Cochabamba, paradoxalmente na condição de professor visitante e, para piorar as coisas, como horista, sem qualquer benefício social ou segurança no emprego. De todos modos, as aulas de história e pensamento latino-americanos que lecionei nessa época foram gratificantes, sobretudo pelos alunos cujo interesse e dedicação exigiram que mantivesse um ritmo de leituras intenso na preparação dos temas. Em agosto recebi comunicação da Universidade de Columbia em New York, informando que fora aceito no Departamento de História, com uma bolsa (fellowship) que cobriria todos os gastos. Não foi fácil tomar a decisão de fazer as malas novamente. Acho que o conselho de meu pai foi o empurrão que me lançou a fazer aquela viagem. De todas as etapas de minha formação acadêmica, essa foi a mais longa e, certamente, a mais marcante, tanto pelas oportunidades de lazer e cultura que a cidade oferecia, como pelos espaços de convívio intelectual e social que a Universidade de Columbia propiciava a estudantes e professores. A cada semana, a possibilidade de assistir, nos “brown bag lunches”, a conversas com personalidades do mundo inteiro nos âmbitos acadêmico e cultural (cientistas sociais, escritores, artistas) e político (líderes sindicais, ex-presidentes, primeiros ministros); e, a cada semestre, nova oferta de seminários conduzidos por professores visitantes de alto gabarito. Foi precisamente em 1973 que tive o privilégio de participar em um laboratório de escrita com Mario

Vargas Llosa que, na época, já acalentava a ideia de relatar a saga de Canudos, tema de seu extraordinário romance *A guerra do fim do mundo*. Os encontros semanais, lembro bem, se iniciavam no final da tarde, quando ele fazia uma exposição curta sobre algum aspecto da criação literária, ilustrando seus argumentos com exemplos tirados de obras famosas ou pouco conhecidas. Na sequência, nós, alunos, apresentávamos nossos escritos, prosa ou poesia, que ele criticava, apontando, as vezes de maneira dura, mas nunca ofensiva, as falhas de forma ou conteúdo, assim como alguma virtude ou virtualidade implícita no texto. Depois era só relaxar e escutar as sedutoras elucubrações do romancista, espiando, vez por outra, a bela e enigmática Patrícia, sua mulher, que o acompanhava nessas soirées literárias. Assim, ao longo de minha vida intelectual e até hoje fiquei do lado da literatura. Ela não conseguiu fazer de mim um romancista ou poeta, mas certamente me deu os instrumentos para entender como a estrutura narrativa compromete, de fato, a explicação historiográfica. Dos professores que lecionavam no Departamento de História nesses anos, guardo gratas lembranças de quatro deles: Herbert Klein, Marcello Carmagnani, Karen Spalding e Philip Silver. Este último, profundo conhecedor da obra de Ortega y Gasset, me abriu as portas para incursionar na fascinante trajetória do pensamento latino-americano. A passagem de Carmagnani por Columbia foi um vendaval de ideias e ensinamentos para todos os que assistimos as suas aulas, tanto pelas teses desafiadoras que nelas desenvolvia, como pela agudeza de suas análises sobre a dinâmica socioeconômica do século XIX latino-americano. A professora Spalding, ao contrário, cultivava um *low profile* na aula, escutava mais do que falava, mas, quando o fazia, suas observações iluminadoras eram capazes de revelar, num detalhe, o universo. Devo a ela ter me mostrado quão importante é a fase colonial da história andina para entender a configuração atual dessas repúblicas. O professor Klein, o maior especialista em história boliviana dentro dos Estados Unidos, me direcionou para o campo da história socioeconômica de meu país, na expectativa de que minha tese, que ele acabou orientado, fosse nessa área. Todos, de uma forma ou outra, eram intelectuais de esquerda, numa época em que as teorias da dependência estavam na moda, e a metodologia quantitativa ia ocupando espaços cada vez maiores nas ciências sociais, graças a gigantescos computadores que uma elite de professores se aventurava a alimentar com os cartões perfurados por uma legião de operários das “keypunch machines”: os assistentes de pesquisa.

Concluído o primeiro ano de créditos, havia que pensar no assunto da tese. O ponto de partida foi o reconhecimento de que a história social e econômica do século XIX, comparativamente às outras épocas, era o grande vazio da historiografia boliviana e, portanto, valeria a pena incursionar nesse arco temporal. No verão de 1973 viajei a Sucre para conhecer o Arquivo Nacional da Bolívia e verificar os

documentos que poderiam servir de base para a elaboração de um estudo dentro desses parâmetros gerais. Começava mal, sem um problema definido, esperando que a sorte me abrisse um caminho. O máximo que alcancei vislumbrar, nas poucas semanas que fiquei tomando notas e folheando documentos, foi uma rica coleção de jornais do século XIX. Entre eles, havia um editado no mineral de Caracoles, a “flor do deserto” cuja ocupação, maiormente por trabalhadores e capitais chilenos, se deu *pari passu* à descoberta e exploração dos riquíssimos depósitos de prata rosicler na área. O povoado teve uma existência fugaz, e sua vida foi registrada pelo diário *El Caracolino* durante oito anos consecutivos, cobrindo o período anterior e imediatamente posterior ao controle militar e político do Chile. As notícias davam conta da chegada de catadores, empresários e empresas de ações, companhias de teatro e de circo, militares, burocratas, operários, e nigromantes de toda laia que fizeram a fama do mineral e testemunharam sua desintegração. A história de Caracoles parecia perfeita para tentar a reconstituição do conjunto da vida social de um pequeno universo, com princípio, meio e fim. Ressuscitar essa epopeia, como fazia meu professor de colégio com os personagens da Revolução Francesa, tornou-se uma obsessão. Sem embargo, circunstâncias não previstas me fariam mudar de rumo na direção de uma história estrutural, bem menos dramática e empolgante, mas seguramente de maior significado e impacto. A reviravolta foi obra das circunstâncias. O projeto de Caracoles exigia não só os recursos da hemeroteca de Sucre: havia que pesquisar também os repositórios notariais chilenos e outras fontes documentais existentes naquele país. Graças ao longo recesso de verão das universidades americanas, ainda dava tempo de passar um par de meses gélidos em Santiago, assim que enveredei para lá, diretamente desde a Bolívia. Cheguei à capital chilena justamente na madrugada seguinte ao “Tancazo”, primeira tentativa de golpe contra o governo de Salvador Allende, encenada por forças militares em 29 de junho de 1973. O clima político já era extremamente tenso quando solicitei no “Archivo Nacional” orientação para localizar a documentação sobre Caracoles. O fato de eu ser um boliviano à procura de documentos que se referiam a território anexado pelo Chile na Guerra do Pacífico tornava as coisas mais difíceis. A cada indagação feita, os encarregados dos repositórios respondiam de maneira evasiva e dilatória, apesar das cartas de recomendação e de ter esclarecido os fins de minha pesquisa. Esse jogo de empurra-empurra continuou durante um tempo, até que um dia me deparei na entrada com uma enorme faixa que comunicava o fechamento do “Archivo” em razão da greve deflagrada pelos trabalhadores dessa repartição pública. Passaram-se três semanas durante as quais eu não fazia outra coisa que assistir, na parte da manhã, a chegada a pé do “compañero presidente” à Casa de la Moneda e, de tarde, as palestras e debates que se levavam a cabo no “Centro

Cultural Gabriela Mistral”, onde todos os dias se reuniam intelectuais da esquerda latino-americana, entre eles alguns brasileiros, como Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, para debater os próximos passos da revolução socialista —e, pelo calor das palavras, parecia que ali se decidia a sorte do continente. Enquanto a direita conspirava na calada da noite, as ocupações de fábricas e prédios públicos, em plena luz do dia, iam parando rapidamente o país. A essa altura, os conflitos já refluíam da rua para dentro das famílias, onde não era raro ver irmãos, ou pais e filhos, levantando-se da mesa para brigar aos tapas por suas posições políticas. Em duas ocasiões em que fui convidado à casa de amigos, a ceia foi suspensa bem antes da sobremesa. A imagem de Nicolini e Felipe se digladiando no bandeirão de Boston College assumira as feições de uma guerra declarada em Santiago, e o ar elétrico da capital fazia lembrar os toques de recolher na Bolívia. Tive medo. Decidi deixar o país bem antes do previsto, convencido de que pesquisar no “Archivo Nacional” era mais uma batalha perdida. Na saída do hotel, tentei pagar a conta com pesos chilenos, mas o gerente, com um olhar de frustração infinita, me disse que podia guardar essas notas no bolso ou, se preferisse, jogá-las fora e, a seguir, rasgou a conta, acrescentando que aceitaria qualquer quantia que eu tivesse em dólares. No caminho de volta aos Estados Unidos, fiquei umas semanas na Cidade do México, e ali me alcançou a notícia do golpe brutal de 11 de setembro. Já em Nova Iorque, retomei o curso, concluí os créditos e demais requisitos e obtive uma nova bolsa que me permitiu viajar a Bolívia no último trimestre de 1974, com o fim de recomeçar a pesquisa para minha tese de doutorado. Descartado o projeto Caracoles, e perdido num emaranhado de sugestões e conselhos, a luz se fez novamente ao “tropeçar”, na “Biblioteca Gabriel René Moreno”, com as “Memorias” de várias empresas mineradoras da Bolívia e, sobretudo, com a série completa da Companhia Huanchaca, a mais importante do país e a segunda do mundo na produção de prata entre 1873 e 1900. As fontes, além de fartas, continham series quantitativas valiosas sobre vários aspectos relativos à indústria argentífera, bem ao gosto do que então se apetecia nas ciências sociais. Com base nessa documentação, escrevi minha tese de doutorado: *The Economic and Social Structure of Silver Mining in XIX Century Bolivia* (1977). O manuscrito, traduzido para o espanhol, foi publicado em 1981 pelo Instituto de Estudios Peruanos sob o título: *Los Patriarcas de la Plata. Estructura Socioeconómica de la Minería Boliviana en el Siglo XIX*, e rapidamente se constituiu em referência sobre o tema. Talvez porque era o primeiro trabalho que mapeava a trajetória secular e os ciclos da mineração boliviana a partir do comportamento de variáveis tais como: preços internacionais, produção, tecnologia, força de trabalho e política fiscal. O livro foi incluído recentemente na lista das 200 obras que compõem a “Biblioteca do Bicentenário de Bolívia”. Quando ainda não tinha feito a defesa da tese, a Universidade

do Texas em San Antonio me contratou como professor visitante para lecionar história latino-americana nos cursos de graduação e de pós-graduação. Embora eu já tivesse uma certa vivência do sul estadunidense, San Antonio me impressionou pela forma como a cultura texano-americana e a de ascendência mexicana conviviam ali, prodigando-se espaços de reconhecimento e desfrute mútuos, sem menoscabo das farpas lançadas por um e outro lado, guardadas as devidas distâncias. Ali trabalhei também como professor voluntário na “Universidad Jacinto Treviño”, dando aulas noturnas sobre a História do México basicamente para estudantes “chicanos” –uma experiência enriquecedora intelectual e culturalmente. O contrato com a Universidade do Texas estava marcado para concluir impreterivelmente em maio de 1977, quando, pelos meus planos, voltaria definitivamente à Bolívia. Em dezembro de 1976 decidi dar um pulo a Nova Iorque para me despedir dos amigos e da cidade. Na festa do fim do ano, conheci casualmente o Professor José Murilo de Carvalho que se encontrava de passagem. A conversa discorreu naturalmente sobre as incertezas de meu futuro e, ao saber que voltaria para o Sul, o professor me perguntou se tinha cogitado a possibilidade de trabalhar no Brasil, mesmo que provisoriamente e, *just in case*, deixou comigo o endereço do Coordenador do Curso de Mestrado em Ciência Política na UFMG, Professor Fábio Wanderley Reis. Durante muitos anos me assombrou o pensamento de que um episódio tão fortuito –o fugaz intercâmbio de palavras com uma pessoa da qual eu nada sabia, e que, como eu, estava de passagem pela cidade– pudesse traçar o destino de uma vida. Afinal, nunca até então o Brasil tinha entrado no meu campo de visão, apesar dos vários amigos brasileiros que fiz em Nova Iorque. E se, por um motivo qualquer, eu não tivesse ido àquela festa, igualmente casual e passageira? ...não parava de martelar, pensando em tudo o que veio depois. Pura ingenuidade minha. Hoje estou convencido que nada mudaria, que o acaso é tão implacável na sua lógica como a vida mesma, e que não adianta indagar ao destino sobre aquilo que ele não enxerga. Assim sendo, o Professor, e hoje amigo, José Murilo de Carvalho fica desde já desresponsabilizado dos rumos que tomou o meu enredo. Finalmente, sai dos Estados Unidos no segundo semestre de 1977. Foi em boa hora, porque então os governos e a política externa desse país, sobretudo no Oriente Médio, já me provocavam uma sensação de náusea irreprimível.

PRISCILA DORELLA: *Apesar de sua formação e produção como historiador, e profundo interesse na área literária, você se tornou professor no Departamento de Ciência Política da UFMG. Gostaria que você fizesse um balanço de sua carreira profissional nessas circunstâncias, falando um pouco sobre sua chegada ao Brasil, sua inserção institucional e social, e sobre a forma como você concebe as diferenças entre Ciência Política e História, uma vez que, na prática, observamos tantos pontos de contato entre elas.*

ANTONIO MITRE: Em março de 1978 ingressei ao Brasil com pé direito, já que logo na primeira semana no Rio tive a sorte de conhecer pessoalmente dois ícones da cultura deste país: Cartola e Darcy Ribeiro, graças a Alison Raphael, amiga e colega da Universidade de Columbia que, na época, terminava sua tese sobre o carnaval carioca, e transitava com familiaridade nas rodas de samba e nos círculos intelectuais. Poucos dias depois, me vi desembarcando na rodoviária de Belo Horizonte. Pedi ao taxista que me levasse a um alojamento de preço moderado, e, depois de rodar mais de meia hora pela cidade, me deixou num hotel cujo nome não consigo me lembrar. Só descobri que o hotel ficava a dois quarteirões da rodoviária quando o Professor, hoje amigo, Fábio Wanderley Reis veio no dia seguinte para me levar à sua casa onde haveria uma recepção de boas-vindas com a presença de alguns colegas do Departamento de Ciência Política. O golpe do taxista, lembrei agora, era o mesmo que minha mãe contava ter sofrido quando desembarcou em Marseille antes de seguir viagem a Bolívia, em 1922. Para quem viveu em Cochabamba e chegava a Belo Horizonte era inevitável encontrar semelhanças entre as duas cidades, não apenas pelo clima moderado ou por estarem distantes do mar e cercadas de montanhas, mas também pelo ritmo pacato de seus habitantes, sem menoscabo de suas espertezas respectivas. Na Universidade, vivia-se uma fase parecida àquela caracterizada por Weber quando as ciências sociais alemãs ainda não tinham se americanizado, nem o intelectual havia sido desapropriado de seus meios de produção (particularmente sua biblioteca), e os grandes institutos e universidades não eram ainda empresas de “capitalismo de Estado”. Tampouco havia internet, seja em casa ou no trabalho. Ingressei ao DCP na condição de professor visitante, contratado para reforçar o Programa de Estudos Comparativos Latino-americanos (PECLA) que funcionava sob a coordenação de Bernardo Sorj e do qual faziam parte vários professores do DCP: Vera Alice Cardoso Silva, Fábio Wanderley Reis, Malori Pompermayer, Celson José da Silva, René Dreifuss e William Smith. Enquanto a maioria dos colegas o PECLA era do quadro permanente do Departamento, os três últimos e eu fizemos concurso público em 1980. Então, eu já tinha deitado raízes em Belo Horizonte, onde, parafraseando Mariátegui, que disse que, na Itália, desposou uma mulher e algumas ideias, me casei com uma carioca cheia de ideias e paixão fecunda. Na época, o Curso de Mestrado do DCP era o único na área de sociais na UFMG e, por isso, tendia a acolher alunos que, em outras circunstâncias, seguiriam a carreira de sociologia, história ou antropologia. O próprio PECLA incorporava professores de outras áreas num esforço de estudar a região com um olhar interdisciplinar. Tamanha diversidade acarretava alguns ganhos de interlocução, e graves problemas de identidade com relação à natureza do Curso de Ciência Política e de suas linhas

de pesquisa. Na época, grande parte da produção de dissertações constituía-se, na verdade, de trabalhos de história política, social ou econômica, de qualidade variável. Eu mesmo orientei, nos primeiros anos, alguns estudos desse tipo. Por tudo isso, e não obstante minha condição de historiador num Departamento de Ciência Política, não me considerava um peixe fora da água, embora sentisse às vezes falta de ar.

No plano político, escutavam-se os últimos estardalhaços da Guerra Fria, sobretudo na América Central e no Caribe, enquanto no Brasil se ensaiavam alguns passos para transitar à democracia. Em consonância, o foco das ciências sociais se deslocava da análise do autoritarismo para o tema das transições, em mais uma tentativa frustrada de acompanhar a conjuntura. Mas, apesar dessas mudanças, o temor ao regime autoritário continuava “positivo e operante”, como dizia, então, o pessoal do “Casseta e Planeta”. Lembro a esse respeito que, tão logo assumi a Coordenação do PECLA, preparamos uma publicação artesanal (mimeografada) com artigos sobre agricultura e movimentos sociais no campo em países da América Latina. Escrevi o prefácio desse número, e nele mencionei de passagem os riscos que comportava a expansão das multinacionais brasileiras nas regiões de fronteira ao longo dos anos 70. Alguns colegas que leram previamente o texto me aconselharam, com a melhor das intenções, tirar esse parágrafo, lembrando que o regime militar, como o dinossauro no conto de Augusto Monterroso, ainda estava ali. Dado que a edição toda já tinha sido impressa, foi necessário arrancar a “Introdução” inteira de cada um dos cinquenta exemplares – a dimensão de nossos sonhos. Apesar de tudo, era uma época criativa e interessante, de intenso debate de ideias, embora o conflito ideológico levasse muitos a manter um certo arianismo intelectual, no esforço de conservar quimicamente pura a herança de uma linhagem teórica. E aqui, como em outras latitudes, a boa teoria, para a grande maioria dos cientistas sociais, era o marxismo e seus derivados, o resto era funcionalismo – uma palavra que então tinha uma plasticidade verdadeiramente funcional. A bem da verdade, a simplificação acontecia em ambos os polos do espectro ideológico, bem ao gosto do espírito maniqueísta daquela época, e que tem voltado à tona nos dias de hoje.

No final dos anos oitenta e na década de noventa, ocorreram mudanças notáveis no país e nas universidades – sem que nos déssemos conta, fechava-se uma época. No Departamento de Ciência Política da UFMG, por motivos vários, houve uma debandada de professores de minha geração e da geração anterior, criando um hiato de consequências problemáticas na dinâmica da instituição. A reposição docente, embora lenta, acabou acontecendo, sobretudo nas duas últimas décadas, fazendo com que o professorado jovem – praticamente todos doutores – predominasse nos vários níveis da

atividade acadêmica e administrativa. No início desse percurso, o PECLA desapareceu, pouco mais tarde o Departamento de Ciência Política redefiniu suas áreas de concentração, e logo depois de ter participado na criação do Curso de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, que não deu certo, decidiu estabelecer um doutorado exclusivamente em Ciência Política, enquanto os Departamentos de Sociologia e História instituíam seus próprios programas de pós-graduação. Os cursos de especialização, cogitados como serviço à comunidade e, ao mesmo tempo, vias de complementação salarial, pipocaram por toda parte. A avaliação de professores e programas virou rotina, e a frequência, às vezes excessiva, dessa prática chegou a atrapalhar a dinâmica acadêmica pelo tempo que exigia, e pela obsessão dos cursos em ganhar uma boa nota, ajustando-se burocraticamente a determinações de órgãos superiores, pouco dispostos a ponderar a qualidade do que se produz nas universidades, e muito menos o sentido do que se faz. Em razão desse processo, as agências do Estado foram sugando a autonomia das Coordenações dos Cursos de Pós-graduação até torná-las em caixas de ressonância e de implementação de políticas acadêmicas emanadas do Centro. O discurso da “produtividade”, que despontara timidamente na fase anterior, cobrou força e tomou conta do pedaço, embora não chegasse ao “*publish or perish*” das instituições norte-americanas, em virtude das regras de contratação em vigor nas universidades públicas brasileiras. De toda forma, os currícula e relatórios anuais, que raras vezes ultrapassavam a marca de vinte folhas, chegaram à centena e, em certos casos, houve necessidade de dividi-los em volumes para tornar menos pesada sua leitura –sem exagero. Relatar ininterruptamente o que se fazia tornou-se tão importante ou mais do que o próprio fazer. A confrontação de ideias se tornou menos franca; ela foi substituída, em boa parte, por diálogos pacíficos que ocorriam dentro de grupos homogêneos, constituídos por pessoas unidas por um sistema de reciprocidade e de promoção endógena que se foi configurando através de citações mútuas em publicações, palestras e outras atividades acadêmicas. Em compensação, os cursos ganharam foco, e os programas, identidade definida. A metodologia e o aprendizado de técnicas quantitativas, que brilhavam por sua ausência, passaram a ser parte intrínseca da formação de professores e alunos, apesar de que a sofisticação nesse campo não veio acompanhada de um avanço correspondente na formação teórica. De toda forma, à medida que o processo de “americanização à brasileira” avançava nos cursos de ciências sociais, mais eu tinha a impressão de estar voltando no tempo, uma vez que o novo era, com frequência, parecido ao que eu tinha experimentado um par de décadas antes nas universidades dos Estados Unidos. O panorama atual das ciências sociais no Brasil é bem mais heterogêneo e complexo do que na década de setenta, quando ainda era possível identificar os grandes temas e debates da produção do país

analisando a obra de um punhado de intelectuais em cada área. Hoje, resulta descabido e inútil buscar príncipes, papas ou ícones em qualquer uma delas. Do mesmo modo, as grandes interpretações sobre a realidade nacional, característica dos clássicos do pensamento social brasileiro, sumiram, ao mesmo tempo que o número de especializações e de especialistas foi aumentando de tal modo que atualmente, tão complicado quanto fazer um diagnóstico das áreas, é saber o que está acontecendo dentro de cada uma delas. Até que ponto essa situação reflete a própria complexidade social, que não se deixa capturar por perspectivas monolíticas, ou decorre de barreiras cognitivas, é algo difícil de ser determinado. Seja como for, o certo é que, após a extinção do PECLA, e diante dos caminhos novos que o DCP explorava, eu tive que me reciclar. Uma das estratégias foi lecionar disciplinas de filosofia política e de pensamento político e social latino-americano, além de seguir publicando artigos nessa área de interesse constante na minha carreira. Aliás foi essa a ponte que me permitiu estabelecer vínculos com o Curso de Especialização em Culturas Políticas, criado pelo Departamento de História, e no qual dei aulas noturnas e orientei trabalhos durante vários semestres. Penso ser este o momento para me referir a sua pergunta sobre como enxergo eu as relações entre a Ciência Política e a História como disciplinas. Aquilo que de específico tem cada uma delas talvez possa ser esclarecido a partir da resposta que historiadores e cientistas políticos fornecem desprevenidamente quando indagados sobre o que fazem dentro de suas respectivas especialidades. O primeiro dirá, por exemplo, que seu campo de interesse é a história da França, ou da Bolívia, e acrescentará que, dentro dele, se concentra num determinado período (moderno ou colonial) ou evento (a Revolução Francesa, ou a Boliviana, se for o caso), destacando, assim, as dimensões geográfica e temporal como intrínsecas a seu objeto de estudo. Já o cientista político tenderá a dispensar os constrangimentos de tempo e lugar e a colocar em primeiro plano o tema que concentra suas atenções: a revolução, a democracia, as eleições, o Estado, como fenômenos em si, independentemente de casos concretos. Assim, enquanto o trabalho do historiador, por definição, é ideográfico, isto é, concentra-se no fato singular, a aspiração do cientista político, ou do sociólogo, é a descoberta de regularidades e a formulação de leis com as quais seria possível não só explicar as ações humanas no passado, senão também antecipá-las no futuro. Mas, uma vez dito isso, na prática, nem o historiador dispensa o idioma dos conceitos, uma vez que o acontecimento só se faz inteligível quando é situado, como diria Paul Veyne, dentro de sua espécie, no marco de sua generalidade, nem o cientista social interpreta e formula suas teorias sem levar em conta experiências e contextos históricos específicos, mesmo que não os mencione explicitamente. E não é raro ambos se elevarem

à altura das elucubrações filosóficas quando consideram os fundamentos ontológicos e epistemológicos subjacentes ao trabalho que desenvolvem, ou quando indagam sobre o sentido dos processos que estudam. Por isso, a História e a Ciência Política, sem confundir-se, podem muito bem se beneficiar do conhecimento mútuo e do diálogo interdisciplinar. Ao longo de minha carreira tenho realizado intermitentemente pausas destinadas a considerar questões dessa natureza, (*Reflexiones y proyecciones historiográficas: un inventario personal*, 1989), embora minhas pesquisas e publicações sobre a história econômica e social da Bolívia tenham ocupado a maior parte de meu tempo, paradoxalmente como uma atividade quase à margem da vida intelectual do Departamento de Ciência Política. No decorrer dessas reviravoltas, houve, como em tudo, ganhos e perdas. Entre as últimas, cabe contabilizar a redução da sociabilidade, que já era pobre e se tornou franciscana, sobretudo para os que, como eu, não eram mineiros, não tinham amigos de infância, ou de colégio, nem família estendida em Belo Horizonte, e constatavam perplexos como a cidade crescia desmesuradamente sem alterar em nada sua índole de fazenda iluminada.

PRISCILA DORELLA: *O seu trabalho abarca pesquisas importantes sobre História Econômica Boliviana. Como pesquisador boliviano, é possível afirmar que a imagem da Bolívia mudou com a chegada de Evo Morales ao poder? De que forma analisa o cenário político contemporâneo na América Latina, levando em consideração os notáveis desgastes dos governos de esquerda?*

ANTONIO MITRE: Em 2007 escrevi um longo ensaio, que acabou resultando em um livro (*Nosotros que nos queremos tanto. Estado, modernización y separatismo: una interpretación del proceso boliviano*, 2008), onde analiso o processo que levou Evo Morales ao poder e a configuração do regime sustentado pelo “Movimiento al Socialismo” (MAS). O ensaio foi escrito no âmago dos conflitos e tensões existentes entre os departamentos andinos e os da chamada “media luna”, quando se falava insistentemente na possibilidade de fragmentação estatal. O primeiro argumento desenvolvido nesse ensaio era, precisamente, que a ascensão dos novos movimentos étnicos e regionalistas na Bolívia não provocaria fraturas territoriais. O segundo objetivo visava a mostrar que o “fenômeno” Evo Morales era, de certa forma, a culminação de um longo processo, cujas raízes remontam, pelo menos, às transformações provocadas pela Revolução de 1952, quando o regime do MNR instituiu o voto universal e decretou, em 1953, uma reforma agrária, de alcance geográfico parcial, mas radical, na região andina e nos vales

centrais. Durante a vigência do regime revolucionário, e em decorrência dessas medidas e dos programas nas áreas de educação e saúde, a estrutura social e as bases do poder político foram sendo modificadas. Por um lado, intensificou-se a migração campo/cidade, por outro, as fronteiras étnicas tradicionais foram redefinidas, embora a cultura autoritária continuasse incólume, robustecida pelo uso de novas tecnologias de repressão e controle. Paradoxalmente, o mesmo partido (MNR) e o mesmo presidente (Victor Paz Estenssoro) que comandaram a revolução de 1952 e auspiciaram a ideologia nacional desenvolvimentista, voltaram ao poder no período 1985-1989, mas desta vez para encerrar, através do decreto 21060, as bases jurídicas do Estado nacionalista e, na sequência, organizar um novo sistema econômico de cunho neoliberal. Nessa linha, a reforma constitucional de 1994, instituída durante o primeiro mandato de Sánchez de Lozada (1993-1997), sustentado politicamente pela aliança MNR-MRTKL, ampliou o processo de privatização de empresas estatais já em pleno auge neoliberal, mas, ao mesmo tempo, reconheceu oficialmente o caráter multiétnico e pluricultural da Bolívia, outorgando personalidade jurídica às comunidades indígenas e legitimando suas formas tradicionais de representação coletiva, assim como o exercício de práticas de justiça comunal. O novo ideário reformista contemplou, além de distintas modalidades de democracia participativa (Lei de Participação Popular), a descentralização da estrutura estatal (municipalização e governações), possibilitando a acomodação de velhas demandas por maior autonomia. Essa agenda, hoje intensificada, tem incrementado a adesão da população indígena ao Estado, uma vez que o mesmo passou a ser enxergado como fiador de um pacto ancestral no que diz respeito à legitimação de “usos e costumes”. O caráter híbrido dessas reformas é crucial para se entender a índole do regime boliviano na atualidade. Por um lado, ele propicia a continuidade da economia capitalista, conservando os fundamentos das reformas neoliberais, tais como: autonomia do banco central, sanção constitucional da propriedade privada e da livre empresa, liberalização do comércio e abertura ao capital estrangeiro. Por outro lado, o regime de Morales reforçou, ampliou e aprofundou a inserção do campesinato e dos setores indígenas à cidadania plena, fazendo com que, pela primeira na história do país, esses setores alcançassem o controle efetivo do poder. Comparativamente a outros governos de esquerda, o caso boliviano é, talvez, o único em que a diminuição da pobreza e a mobilidade social ascendente de amplas camadas populares conotou, ao mesmo tempo, uma revolução na estrutura de poder. A ocupação, por parte dos setores indígenas, de espaços antes exclusivos das classes média e alta –parlamento, universidades, governos municipais, ministérios até chegar à chefia do executivo nacional– foi o corolário de um longo processo de transformação socioeconômica e política. A liderança carismática de Evo Morales, dentro

desse processo, foi decisiva, porquanto conseguiu evitar que o conflito étnico derivasse em enfrentamento racial e racista de imprevisíveis consequências, ao mesmo tempo que, uma vez na presidência, distribuiu renda através de um leque de programas sociais de ampla cobertura. Os níveis de pobreza regrediram, e a equidade social aumentou, não apenas pela melhor distribuição da renda nacional, mas pela derrubada das barreiras legais e institucionais que impediam o acesso de amplas camadas da população aos recursos do Estado. Tudo isso foi possível porque o governo implementou uma política econômica que propiciou a estabilidade e taxas de crescimento constantes, e pelo fato de os preços das commodities terem se mantido altos durante vários anos, contribuindo para assegurar o dinheiro suficiente para manter e ampliar os programas sociais por parte do Executivo que, como se sabe, detêm o controle discricionário desses recursos. Não há dúvida de que crises econômicas decorrentes de gerenciamento ineficiente, corrupção ou mudanças no cenário externo comprometem a continuidade dessas políticas e a popularidade do regime. Sem embargo, na medida em que as camadas majoritárias no governo de Evo têm interiorizado a ideia de que existe uma conexão umbilical entre a continuidade dos programas sociais e a permanência do líder no poder resulta difícil para a oposição neutralizar a força desse capital político. No entanto, há um aspecto singular no caso boliviano quando comparado com outros regimes de esquerda na região. Contrariamente ao Brasil, por exemplo, onde o avanço da direita atualmente pode, de fato, debilitar ou mesmo extinguir as políticas sobre cujas bases se promoveu maior equidade e justiça social, na Bolívia, para além das vicissitudes dos programas sociais no futuro, julgo serem mais profundas e irreversíveis as conquistas consolidadas pelo regime de Evo Morales –a transformação das estruturas de poder e, concomitantemente, da configuração do Estado. A projeção internacional da Bolívia após a chegada de Evo Morales à presidência tem sido considerável, o que se explica não só pelas características intrínsecas do novo regime, mas pelo fato de ele preencher expectativas e interesses dos receptores de sua imagem no exterior, que a reelaboram a seu bel prazer (sobretudo agências e governos europeus). Por fim, cabe dizer que no governo atual, como em outros da esquerda latino-americana, com exceção de alguns poucos países onde a institucionalidade democrática acusa antigas raízes, a legitimidade democrática pende mais do princípio majoritário do que do resguardo dos direitos civis, e o princípio igualitário se sobrepõe ao de liberdade política, com os riscos que isso implica.

PRISCILA DORELLA: *Há um enorme avanço no Brasil em termos de pesquisas acadêmicas sobre a América Latina. É possível afirmar que esse interesse é recíproco e orienta políticas públicas efetivas em relação a unidade latino-americana?*

ANTONIO MITRE: Para quem acompanhou a trajetória da região desde os anos 70, chama a atenção, hoje, um fenômeno que pode ser qualificado, em certa medida, como “latino-americanização do Brasil” – latino-americanização entendida não apenas como o estabelecimento de nexos econômicos com os Estados da região, mas, sobretudo, como o surgimento de um discurso político que decididamente insere a identidade do Brasil na matriz latino-americana. Esta não é uma questão banal, haja vista a histórica separação do Brasil com relação à América Hispânica, – um fato que tem sido salientado insistentemente tanto pela trajetória historiográfica como pelo discurso da *intelligentsia* política. Mas é mister lembrar que a incorporação do Brasil ao horizonte das repúblicas hispano-americanas é também uma tendência recente. A latino-americanização do Brasil é particularmente visível no ambiente universitário, onde é cada vez maior o número de programas de concentração na área, e de professores que desenvolvem parcerias com pesquisadores da região ou que incorporam, na sua matriz empírica e comparativa, a experiência dos países hispano-americanos. Nas últimas décadas, o espanhol difundiu-se bastante nas instituições de ensino superior, ocupando um espaço relevante nas bibliografias de curso e nas atividades acadêmicas. Houve também uma notável aproximação dos estudantes à língua e à cultura dos países vizinhos via convênios de intercâmbio, ou através de viagens que eles fazem por conta própria, como recomendava Rousseau no *Emílio*, para coroar os estudos, seja pela estrada dos incas, escalando as alturas do Machu Picchu, ou numa peregrinação a Cuba em busca de algum sonho perdido de seus pais e avós. Essas mudanças são fruto de um longo processo que contempla variáveis de natureza socioeconômica, política, cultural e tecnológica, tanto no âmbito doméstico como internacional, que apontaremos brevemente. Primeiro, o papel que tiveram instituições-chave como a CEPAL que, nas décadas de 40 e 50, congregou hispano-americanos e brasileiros da estatura intelectual e moral de um Celso Furtado e de outros que, na elucidação das causas do subdesenvolvimento, consideraram a América Latina não só como uma unidade analítica, mas como um projeto de união a ser construído politicamente pelos Estados da região. Em segundo lugar, a revolução cubana que, nos anos 60, na esteira do pensamento de José Martí, suscitou o encontro e o estabelecimento de vínculos entre intelectuais brasileiros e hispano-americanos em torno da *Casa das Américas* e da revista *Pensamiento Crítico*. Cabe lembrar também o chamado *boom* da literatura latino-americana

que, na mesma década, levou Guimarães Rosa aos países hispânicos e trouxe para os leitores brasileiros uma safra de brilhantes escritores do nível de um García Márquez, ou de um Julio Cortázar, sem esquecer o trabalho silencioso e perseverante de intelectuais como Ángel Rama e Emir Rodríguez Monegal, dois nomes contrapostos ideologicamente que, junto com Antônio Candido e Haroldo de Campos, respectivamente, construíram parcerias que redundaram na abertura de vias de comunicação e conhecimento mútuo entre hispano-americanos e brasileiros no contexto da cultura universitária. Já no âmbito das políticas de governo e da diplomacia, cabe destacar a mudança dramática das posições do Brasil e da Argentina no cenário hemisférico –dois Estados que, por razões distintas, transitaram durante séculos de costas para o Extremo Ocidente, e que, nas últimas décadas, passaram a constituir-se em focos importantes de articulação e difusão do discurso latino-americanista, tanto no nível governamental, como no das organizações sociais, ocupando o espaço deixado pelo México, após sua inserção no NAFTA. A reviravolta da política externa dos dois países sul-americanos, enfrentados entre si durante muito tempo, remonta à fase do regime militar dos anos setenta, quando se deu, em ambos os casos, um relativo distanciamento com relação aos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, o início de uma parceria entre eles, e uma aproximação com os países da região que se estendeu ao longo do processo de democratização. Por último, há que se mencionar o papel paradoxal do exílio, fenômeno crônico na política latino-americana, e que foi reativado pelos regimes militares nas décadas de sessenta e setenta. Nessa época, a violência política levou parte de uma geração de intelectuais brasileiros e de outros estados da região a viver e conviver em países hispano-americanos ou europeus, e a desenvolverem, ali, um senso de identidade e vínculos de solidariedade continental que logo seriam reforçados politicamente por eles próprios quando passaram a se constituir em governo ao longo da terceira onda democrática. Aconteceu no caso dos governos que chegaram ao poder nas últimas décadas, no Brasil, Uruguai, Argentina, Equador, Chile e Bolívia. E foi assim que o interesse pela América Latina acabou sedimentando, primeiro, na cultura letrada, logo na economia e, finalmente, na política. A lição a ser tirada desse longo percurso da ideia de América Latina é que ela é salutar e enriquecedora sempre que se evite, por um lado, o provincianismo que nos aprisiona no território das essências inefáveis, e o universalismo pedante que copia e venera sem critério o que vem de fora, e desmerece o que é feito dentro. Como bem nos lembra Martí, haveremos de suar nossa própria febre, incorporando, isso sim, o mundo nas nossas repúblicas, mas o tronco terá que ser o de nossas repúblicas. E esse veio comum –nossa estirpe– pertence ao que tem sido chamado de Extremo Ocidente e que, portanto, é também um certo Oriente. Enfim, uma tradição inclusiva que, se por um lado, nos



leva a aderir à concepção eleática que pulsa, por exemplo, na famosa disjuntiva shakespeariana de *ser ou não o ser*; por outro, nos permite suavizar o drama hamletiano com uma forma de ver o mundo que, embora seja menos assertiva, resulta mais incorporadora. Ela se expressa, por exemplo, nos versos de outro grande literato, Neruda, aliás tradutor do *Romeu e Julieta*, do primeiro, e tão apaixonado quanto sua personagem veronense, quando escreve, em um dos “Cien sonetos de amor”, que: *tal vez no ser es ser sin que tú seas*. Eis a questão que nos une, e enriquece.

Entrevista recebida em: 27/04/2016

Entrevista aprovada em: 10/05/2016